

# PATRIMÔNIO CULTURAL, IDENTIDADE E AS REPRESENTATIVIDADES SOCIAIS DOS MORADORES DA REGIÃO PERIFÉRICA DA CIDADE DE GOIÁS

LORRANY RIBEIRO DE SOUZA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho é pré-requisito para conclusão da disciplina de Preservação e Patrimônio ministrada no programa de Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP. Trata-se de uma revisão bibliográfica que pretende discutir o tema do patrimônio cultural e suas complexidades, associado as discussões realizadas durante as aulas com o conceito de identidade e representações sociais. Justifica-se pela necessidade de compreender o processo de construção das representatividades sociais dos moradores da região periférica da Cidade de Goiás e pensar em como isso influencia na identidade destes grupos, em se tratando do patrimônio cultural. As representações sociais fazem parte da construção cultural, que está inserido em formas de conhecimentos que diz respeito a objetos e práticas que, neste caso, elegem o patrimônio. Neste sentido, a cultura carrega consigo uma série de significados e significantes, formando um sistema de concepções que são expressadas, herdadas e em determinados momentos, transformadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio cultural, identidade, representações sociais

**ABSTRACT:** This work is a prerequisite for completing the Preservation and Heritage discipline taught in the Professional Master's program in Cultural Studies, Memory and Heritage – PROMEP. This is a bibliographical review that aims to discuss the topic of cultural heritage and its complexities, associated with discussions held during classes with the concept of identity and social representations. It is justified by the need to understand the process of building the social representations of residents of the peripheral region of the City of Goiás and think about how this influences the identity of these groups, when it comes to cultural heritage. Social representations are part of cultural construction, which are inserted into forms of knowledge that concern objects and practices that, in this case, elect heritage. In this sense, culture carries with it a series of meanings and meanings, forming a system of conceptions that are expressed, inherited and at certain moments, transformed.

**KEYWORDS:** Cultural heritage, identity, social representations

## 1. INTRODUÇÃO

Há temas que são recorrentes ao discutir o tema do patrimônio cultural. Entre eles estão a representação da identidade associados ao patrimônio material e imaterial e a identificação do patrimônio cultural quando um tipo de arquitetura, culinária, uma festa, artesanato ou música, é reconhecido por um grupo ou pelo estado, como parte de sua história e sua identidade (GONÇALVES, 2015).

A discussão acerca do patrimônio cultural está intrínseca ao que se refere as representações sociais e as identidades. Entende-se que as identidades são construídas a partir das referências e significados expressados pelos objetos, sejam eles físicos ou simbólicos, que carregam representações que possuem alcance coletivo em um determinado grupo ou região. Neste sentido, o patrimônio ao se tornar parte da vivência das pessoas, possui significância social, representativa e cultural, que colabora

<sup>1</sup> Acadêmica do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Câmpus Cora Coralina.

para a estruturação das identidades. Segundo Fermino (2017) a representação social é um meio para fazer interpretações dos comportamentos, classificar e nomear os objetos.

O artigo tem como objetivo explorar os conceitos de patrimônio cultural, identidade e representações sociais. Para isso, pretende-se fazer uma contextualização quanto ao percurso evolutivo em que os temas e discussões voltados para o patrimônio cultural ganhou espaço nas políticas de preservação no Brasil e no mundo, discutir as temáticas relacionadas a identidade no contexto do patrimônio cultural e promover a reflexão sobre Representatividade Social dos moradores da região periférica da Cidade de Goiás na sua relação com o centro histórico.

Como metodologia, foram utilizados o material fornecido para estudos na disciplina, que discutem o tema do patrimônio cultural e suas complexidades, e foram utilizados livros e artigos complementares que exploram os temas da identidade e representações sociais. O campo do patrimônio cultural tem se expandido, inclui conhecimentos acerca da cultura, costumes, arte, identidades, expressões e crenças, que possuem importância para a sociedade e colabora para contar a história de um grupo, de um povo.

A relevância deste estudo compreende-se pela importância em destacar a forma com que as pessoas que moram ao redor do centro histórico percebem o patrimônio cultural na Cidade de Goiás. Com isso, é preciso fazer um

estudo acerca da representatividade e os significados que o patrimônio constrói na identidade desta população. Afinal, o patrimônio da humanidade do centro histórico cultural influencia de que forma a vivência das pessoas que estão na região periférica da cidade? No que o patrimônio foi capaz de colaborar com um título tão importante?

## **2. PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS COMPLEXIDADES ORIGINÁRIAS**

Segundo Soares (2009), ao surgir a movimentação política, econômica e social no mundo, com demandas voltada para o campo do patrimônio, percepções acerca da cultura foram ampliadas. Este foi um momento marcado pelo início das buscas de instrumentos para garantir a salvaguarda do patrimônio na humanidade, pois começou a haver maior interesse pela preservação dos bens que poderiam se perder ao longo do tempo.

O patrimônio histórico e as diversidades culturais ganham relevância na sociedade e no cenário político mundial, assim, ocorrem discussões acerca da preservação que acontecem no início do século XX em congressos internacionais, onde representantes políticos, antropólogos e arquitetos observam e analisam propostas das chamadas Cartas Patrimoniais, com o objetivo de compreender e resolver impasses relacionados a preservação (PELEGRINI, 2006). Foi a partir de 1880 na Europa e na América que começou a surgir

legislações que expressavam preocupações relacionados a ações protecionistas das sociedades (SOARES, 2009).

Pelegrini (2006) as cartas patrimoniais são documentos que nortearam ações voltadas para a preservação. Entre as primeiras encontra-se a Carta de Athenas, desenvolvida a partir de uma conferência ocorrida na Grécia em 1993, chamando a atenção para mudanças que promovem o reordenamento urbano, sugerindo que houvesse uma seleção estratégica dos bens a serem tombados ou demolidos.

Para isso, de acordo com o autor, deveria ser considerado as necessidades de passagens de regiões congestionadas, conciliando com a conservação de bens que possuíssem valor histórico, com o intuito de proporcionar qualidade de vida às pessoas que moravam na cidade. Há referências de outras cartas e documentos, internacionais e nacionais, que sugerem diretrizes e recomendações de ações voltadas para a proteção dos bens culturais, como por exemplo, Declaração de Amsterdã em 1975, a carta de Machu Picchu em 1977, Declaração do México em 1985, entre outras não menos importantes, mas que não será possível detalhar neste artigo.

No Brasil, segundo a constituição federal, constituem patrimônio cultural:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e

viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, cap. III, art. 216).

No país, a prática de preservação de bens culturais de valor histórico e artístico acontece há cerca de 50 anos (FONSECA, 2001). Segundo Chuva (2012), Mário de Andrade foi uma figura importante no campo da cultura e das ações de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e folclore, também denominado por ele, como a cultura popular do país. Nos anos 30, o mesmo assumiu papel de agente do poder público com o objetivo de promover a cultura brasileira.

Na visão do poeta, o patrimônio cultural do país se tratava de outros bens além de monumentos e obras de arte (FONSECA, 2001). Este foi um intelectual que deixou o seu legado criativo e a orientação de ideias que fundamentaram e redigiram o anteprojeto para a criação SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CHUVA, 2012).

Conceitualmente, o patrimônio cultural diz respeito ao conjunto de bens materiais e imateriais, que podem ser atuais ou antigos, pelo qual o homem atribui valores fundamentais no presente e são conservados para representar a transposição entre passado e futuro. Se trata de

uma herança, de memórias e fruição (SOARES, 2009).

A autora, assim como Mário de Andrade, também defende que o patrimônio cultural não deve ser voltado apenas ao valor do monumento, a arquitetura. Para ela, o valor está na representatividade que o patrimônio proporciona, ao testemunho histórico de uma determinada sociedade ou civilização que vive uma significativa evolução, assim, não se separa o monumento da história a que ele está ligado. Tal percepção acerca do patrimônio cultural está evidenciado na carta de Veneza, que foi datada em 1964 e aborda novas perspectivas para o patrimônio cultural e seus significados.

Na conceituação de Chuva (2012) o patrimônio cultural brasileiro abarca bens de natureza material e imaterial, trata-se de um campo multidisciplinar envolvendo várias áreas do conhecimento, esta característica gera também conflitos por evidenciar uma oportunidade que amplia o mercado de trabalho, e isso pode desencadear o isolacionismo ou práticas corporativas que prejudicam a real finalidade em torno da preservação do patrimônio cultural. Em contrapartida, a autora destaca que nenhuma área do conhecimento poderá dar conta de toda as demandas relacionadas ao patrimônio cultural isoladamente. A área do patrimônio engloba questões políticas, relações de poder e do âmbito social.

Neste sentido, entende-se que há conflitos relacionado a atuação dos gestores do patrimônio de diferentes formações, demonstrando uma competitividade que prejudica o desenvolvimento dos trabalhos voltados para as práticas patrimoniais e de preservação.

Mas este não é o único conflito existente nesta relação com o patrimônio. O patrimônio encontra-se em um campo de luta que seleciona, apropria e expropria objetos e práticas culturais. Entre os atores que atuam neste campo estão o IPHAN, o poder político local, a comunidade e suas associações, entre outros (VELOSO, 2006). Não é raro encontrar a preservação do patrimônio associado a representação de identidades da elite dominante, onde fica evidente o reconhecimento dos jogos de poder existentes entre os grupos sociais (PELEGRINI, 2007).

Scifoni (2014) no Brasil, a proteção ao patrimônio se espelhou no modelo francês, isso se fez destacar aquilo que é monumental. A cultura recebeu influência do poder econômico neste processo, desta forma, há menos bens que representem a cultura popular, causando a “invisibilidade” destes sujeitos, reproduzindo a desigualdade social. O patrimônio cultural envolve muitas complexidades, conforme a autora ressalta:

Hoje o patrimônio toma em consideração questões relativas à propriedade intelectual, ao meio ambiente, aos direitos culturais, aos direitos difusos, ao direito autoral, ao impacto cultural causados pelos grandes

empreendimentos, além dos temas já tradicionais, como aqueles que envolvem questões de urbanismo e uso do solo, expansões urbanas sobre áreas históricas decadentes, questão habitacional em áreas históricas urbanas e, principalmente, os limites que o tombamento impõe à propriedade privada (CHUVA, p. 152, 2012).

Embora haja conflitos, o patrimônio não deixa de expressar os valores compartilhados coletivamente, que se corporifica em manifestações concretas, independente da classificação material ou imaterial, pois este é fruto das relações sociais definidas. Os valores e interesses estão associados a práticas sociais e são vividos mesmo com os conflitos, hierarquias e concordâncias. “O que se espera é que os próprios produtores culturais, ou os mais nativos das cidades históricas sejam capazes de construir suas próprias narrativas a respeito dos bens patrimoniais, como casas, praças, palácios, igrejas etc.” (VELOSO, 2006, p.441).

O valor da identidade cultural brasileira é destacado pela sua diversidade. São evidentes as mudanças de perspectivas que abrem espaços para a preservação do patrimônio de natureza imaterial. A divisão na conceituação entre o material e o imaterial tem caráter artificial, visto que a intervenção na materialidade do bem cultural diz respeito também a sua imaterialidade, sendo assim, este patrimônio se torna indivisível (CHUVA, 2012).

Ao longo dos últimos 30 anos tem sido percebido a evolução de tal paradigma, isso pode ser identificado a partir de alguns pressupostos,

como por exemplo, o valor atribuído ao bem cultural ser definido pelas próprias pessoas que se relacionam com ele, havendo flexibilidade nas significações, sem a necessidade de que seja algo permanente. Há grande importância que o grupo que se relacione com o bem, perceba e viva o sentido diante da significação que ali foi atribuído. Deverá ser explicitado quem são os beneficiados pela patrimonialização, já que o sentido desta prática se dá pela participação dos moradores e usuários locais (CHUVA, 2012).

### **3. O PATRIMÔNIO CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO NA CIDADE DE GOIÁS**

O centro histórico da Cidade de Goiás, recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade reconhecido pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em dezembro de 2001. O título é recebido em decorrência do reconhecimento da arquitetura e cultura estabelecida no território goiano no século XVIII e está localizado em uma região de vasta beleza natural (IPHAN, 2014).

Segundo Carneiro (2005) os vilaboenses de famílias tradicionais melhoraram a autoestima ao receber o título de patrimônio da humanidade no centro histórico da cidade, no entanto, não é um sentimento compartilhado entre todas as famílias que moram nos setores mais afastados, segundo a autora, estas pessoas acreditam que o reconhecimento não é para a

cidade, é para o centro histórico e a periferia não faz parte deste.

Barbosa e Barbosa (2018) ao realizar uma pesquisa com moradores da Cidade de Goiás, é questionado quais são os horários de funcionamento da igreja da Abadia e quais as atividades acontecem no local, os moradores não conseguiram descrever tais informações. A igreja de Santa Bárbara abre apenas para celebração de sua padroeira, nos dois casos percebe-se pouca interação da comunidade com os estes bens culturais especificamente.

A procissão do fogaréu, que embora seja um patrimônio imaterial e está entre os eventos que mais atrai atenção para a Cidade de Goiás, acontece no centro histórico. Segundo Carneiro e Tavares (2018) o evento religioso não alcança os setores periféricos da cidade, e isso pode dificultar o desenvolvimento do sentimento de pertença desta população e a integração entre setores marginalizados e centro histórico, o que colabora para que haja menos participação da maior parte da comunidade local.

Em meados dos anos 70, o IPHAN começa a fazer reavaliações quanto aos critérios voltados para a preservação de bens culturais, desta forma, passa a ser introduzido a noção de referência cultural no vocabulário das políticas culturais. Este conceito inclui reflexões acerca das decisões sobre quem decide o que será ou não preservado. Desta forma, questiona-se de quem são os interesses e valores envolvidos nos

processos de preservação, dando espaço para a dimensão social (FONSECA, 2001).

Partindo da noção de referência cultural, entende-se que o patrimônio não se limita ao reconhecimento de grandes monumentos pelo qual a população elitizada se identifica, em se tratando apenas da história oficial, ou seja, aquela que foi registrada e oficializada em documentos. Deve ser incluído manifestações culturais que representam outros grupos, entre eles as classes populares (FONSECA, 2001). “Grupos sociais produzem, constroem novos patrimônios na medida em que suas identidades culturais passam por transformações, mudanças que acompanham a evolução política, econômica e tecnológica do mundo pós-moderno” (VITOR e SANTOS, p.9, 2011).

#### **4. A IDENTIDADE NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

A afirmação da identidade significa fazer distinções entre aquilo que faz parte e o que não faz, ou seja, é demarcar fronteiras (SILVA, 2000). As identidades estão constantemente sujeitas ao processo de mudanças e transformações, está relacionada a heranças históricas, com isso, tem a ver com as questões voltadas para “‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa apresentação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’” (HALL, p.109, 2000).



A identidade oscila entre dois movimentos, o primeiro se trata do processo de fixação e estabilização, o segundo se refere a tendência ao processo de desestabilização da mesma, sendo assim, a fixação se torna uma impossibilidade pois os dois processos ocorrem simultaneamente. Neste sentido, considerando os tipos de processos nas dimensões da identidade cultural e social, é percebido que estas obedecem a dinâmicas diferentes (SILVA, 2000).

As identidades, segundo Hall (2000), são construídas por intermédio das diferenças. Em concordância com esta ideia, dizer o que somos também implica dizer o que não somos “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis (SILVA, p.75, 2000).

Segundo Gonçalves (2015) para o estado, identificar um grupo e o seu patrimônio significa exercer de modo positivo a sua função. Desta forma, é percebido uma ambivalência, pois se de um lado esta é uma forma em que um grupo pode se afirmar publicamente, de outro é uma forma em que o estado exerce controle sobre a sociedade, sendo assim, a discussão sobre identidades neste contexto ganha espaço para problematização.

Pensando nos interesses por trás da atuação dos atores no campo do patrimônio, Veloso (2006) chama atenção para o risco da fetichização, quando o patrimônio é visualizado

como um fetiche, este se torna alvo de críticas, pois fica sujeito a mercantilização e a visão “coisificada” da cultura é disponibilizada para consumo, tornando-se um produto a ser comercializado na sociedade capitalista.

## **5. REPRESENTATIVIDADE SOCIAL**

As representações sociais possuem importância para as diferentes expressões que envolvem o patrimônio cultural. Isso porque elas constroem uma imagem sobre os bens culturais que influencia as opiniões públicas. Por isso, aqueles que definem como será o modo de expressão através de determinado patrimônio possui capacidade para construir socialmente as expressões de acordo com os interesses envolvidos (VITOR e SANTOS, 2011).

No âmbito das discussões acerca das representações na psicologia social, Serge Moscovici foi um grande nome, idealizador da chamada teoria das representações sociais, teoria esta que diz respeito ao estudo que busca compreender à natureza epistemológica do senso comum e suas representações (FERMINO, 2017). Este dedica-se a estudar os fatores envolvidos no mundo cotidiano do senso comum, em que as representações circulam. O teórico Roger Chartier, no campo da história cultural, também discute a noção de representações sociais. A história cultural defende a ideia de que as relações utilizam das representações para se legitimarem (VITOR e SANTOS, 2011).

Ganhos e perdas culturais estão relacionados a partes fragmentadas das representações sociais. Aquilo que é imaginado e pensado e que constitui as representações, se torna algo concreto. As representações têm autonomia, são realidades capazes de influenciar o comportamento das pessoas que vivem em coletividade. Desta forma, as representações são criadas no âmbito coletivo e penetram no pensamento individual, assim, se torna produto das ações do todo (MOSCOVICI, 2007). Um sistema de representações pode ser partilhado por um grupo sem que necessariamente isso aconteça de forma consciente, embora os pensamentos possuam caráter individual. A mentalidade coletiva rege as representações dos sujeitos sociais (CHARTIER, 1988).

Segundo o psicólogo social Serge Moscovici (2007), o homem é moldado de acordo com as representações sociais, quanto menos se pensam nelas, mais elas são capazes de influenciar. Pessoas e seus grupos produzem suas próprias representações, questionam e respondem suas próprias questões, não são passivos receptores, estão para além disso, a comunicação entre as pessoas espalha os conteúdos representativos e entre tais conteúdos, encontra-se a cultura.

Há oposição entre o que é realidade e o que representação e esta diferença é encarada como primordial para que seja possível distinguir os tipos de histórias (CHARTIER, 1988). “As representações sociais são formas de

conhecimento para compreensão e interação na realidade social produzidas no processo de significação de objetos socialmente valorizados” (FERMINO, p. 22, 2017). Ao se tratar de referências culturais, envolve o olhar para as representações que caracterizam a identidade de um local. Poderá ser envolvido as paisagens, edificações e objetos, fazeres, saberes e também as crenças e hábitos daquelas pessoas (FONSECA, 2001).

Veloso (2006) a noção de patrimônio bem compreendido tem representações que se conectam umas das outras, o informante da sua cultura é o principal intérprete acerca do seu bem cultural. Com isso, os interesses e valores atribuídos não precisam ser fixos e imutáveis. Segundo Fonseca (2001), identificar é o primeiro passo para proteger as representações que tendem a obter uma dimensão simbólica mais “vivida” do que conhecida.

Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem (Moscovici, p. 41, 2007).

Partindo do pressuposto das referências culturais no campo do patrimônio, o foco nos bens é deslocado e dirigido aos sentidos e valores atribuídos pelos sujeitos para quem a referência faça sentido. Desta forma, surge a necessidade de estabelecer formas de favorecer a identificação de como constroem sua história,



sem proporcionar o congelamento das manifestações culturais (FONSECA, 2001).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões do patrimônio cultural assumem ao longo do tempo novos significados de acordo com mudanças sociais inevitáveis. Há mudanças econômicas, culturais, entre outros, na sociedade, que torna o patrimônio material ou imaterial propício a assumir novas funções e sendo possível fazer novas interpretações de diferentes maneiras. Isso colaborou para que o conceito do patrimônio fosse ampliado, considerando que novas expressões possam ser construídas socialmente.

A identidade cultural não é fixa e definitiva, envolve o pertencimento, os sentimentos, os significados representativos que geram em torno do que é o patrimônio e que contribui para os interesses na preservação daquilo que faz sentido coletivamente. Caso os valores culturais não representem esta população, tende a haver uma desassociação na relação entre comunidade e patrimônio, perdendo o sentido que este pode proporcionar.

Os conhecimentos sociais dizem respeito a imagem simbólica que é feita a partir da realidade que compõem as experiências vividas em sua cultura. Não se refere a uma visão individual, mas sim do grupo, assim, o patrimônio se torna elemento de identificação das comunidades com as suas tradições culturais.

É necessário que mais pesquisas sejam realizadas para identificar quais os patrimônios da Cidade de Goiás representam a identidade dos moradores dos setores mais distantes do centro histórico, considerando os diversos autores que discutem a questão do poder econômico e suas definições. Mais pessoas que residem fora centro histórico precisam ser consultadas sobre o seu patrimônio para que haja mais dados que possam colaborar para uma análise mais detalhada.

As referências bibliográficas encontradas são insuficientes para afirmar resultados mais precisos, sendo necessário a realização de pesquisas de campo. Todavia, é esperado que o patrimônio e sua representatividade estejam associados a história e a vida destas pessoas, pois são elas que dão o valor simbólico e significação de acordo com o sentido que o objeto representa em sua cultura, de acordo com a noção de patrimônio bem compreendido citado por VELOSO, (2006), obviamente, esta é uma visão do que é “O ideal”, não do que realmente é necessariamente.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Aline de Souza; BARBOSA, Otávia Xavier. A importância das igrejas católicas para o fortalecimento do turismo religioso na cidade de Goiás/Go. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 7, n. 1, p. 01-14, 2018. Acesso em: 06/08/2022. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/territoria1/article/view/10388>>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARNEIRO, Keley Cristina. **Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 123 p. 2005. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CARNEIRO\\_\\_Keley\\_Cristina.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/CARNEIRO__Keley_Cristina.pdf)>

CARNEIRO, Keley Cristina; TAVARES, Luis Carlos Felix. A procissão do fogaréu na cidade de Goiás/go: sob a ótica do turismo de 1969 a 2017. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 7, n. 2, p. 71-89, 2018. Acesso em: 06/08/2022. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/10409>>

CHARTIER, Roger. A História Cultural – entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1988.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e artístico nacional**, n. 34, 2012, p. 147-165. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>>

FERMINO, Annelize. **Representações sociais sobre o patrimônio cultural em Mariana: práticas, concepções e disputas de poder na apropriação e legitimação social dos bens culturais**. 2017. Dissertação. Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017. <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6463>>

FONSECA, Maria C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Boletim de Políticas Setoriais**, nº02. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775?locale=pt_BR)>

GOIÁS. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/362/>>

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000100012>>

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org) **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 5º edição, 2007.

PELEGRINI, Sandra. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, 2006, p.56. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37/37>>

\_\_\_\_\_. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória**. v.3, n.1, 2007. Acesso em: 29/08/2022. Disponível em: <<https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/33/0>>

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2014. p. 187-198. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v. 1).

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_ (org) **Identidade e diferença. A perspectiva dos**



**REI**  
ISSN 1984-431X

Revista Eletrônica Interdisciplinar  
Barra do Garças – MT, Brasil  
Ano: 2024 Volume: 16 Número: 3

**estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73- 102.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, Goiânia v. 4, n. 1, p. 437-454, 2006. Disponível em: <  
<https://doi.org/10.18224/hab.v4.1.2006.437-454>>

VITOR, Amílcar Guidolim; SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. A construção social do patrimônio cultural através do processo de produção de representações sociais. **Revista História em Reflexão**: Vol. 5 n.10 – UFGD – Dourados, 2011. Disponível em: <  
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/1480/876>>